

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: DESAFIOS À QUALIDADE

Marilda Pasqual Schneider – UNOESC
Camila Regina Rostirola – UNOESC
Elton Luiz Nardi – UNOESC

Eixo Temático: Estado e políticas públicas de educação

RESUMO

O estudo insere-se no campo das políticas públicas em educação e possui vinculações com um projeto de pesquisa mais amplo, vinculado ao Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP) e que trata dos indicadores de qualidade do Ensino Fundamental. Caracteriza a situação educacional de um conjunto de dezoito municípios da mesorregião oeste do estado de Santa Catarina e os desafios para atingir metas nacionais traduzidas nos indicadores de qualidade da educação básica. No tocante ao levantamento dos dados e informações, os procedimentos compreendem (i) consulta às bases de dados educacionais visando ao levantamento de informações sobre a situação educacional dos municípios do *corpus*, (ii) apresentação dos seus indicadores de qualidade, nomeadamente pelos resultados alcançados no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e na Prova Brasil e (iii) análise qualitativa dos dados levantados visando apresentar desafios à construção da qualidade educacional. No quadro de resultados evidencia-se um cenário preocupante no conjunto amostrado, uma vez que apenas três dos dezoito municípios superaram a pontuação desejável na Prova Brasil em Matemática. No caso de Língua Portuguesa, esse percentual foi inferior. Apenas dois municípios apresentaram resultados considerados desejáveis. Definir o que se entende por qualidade e quais indicadores serão utilizados para aferi-la talvez seja o primeiro e mais premente desafio a ser enfrentado pelos municípios da mesorregião oeste catarinense.

Palavras-chave: Situação educacional. Municípios da mesorregião oeste. Indicadores de qualidade da educação básica.

1 INTRODUÇÃO

A mesorregião oeste do estado de Santa Catarina é formada por um conjunto de 118 (cento e dezoito) municípios. A extensiva maioria deles conta com população de até 10.000 habitantes, tendo como principal atividade econômica a agricultura familiar. As já frágeis condições de desenvolvimento econômico são acentuadas pela dificuldade de inserção das suas pequenas propriedades rurais no mercado altamente competitivo e pelos *déficits* educacionais.

De acordo com informações do IBGE, entre os anos de 1991 e 1996 o crescimento da população total do estado foi de 7,3%, enquanto o da mesorregião foi de 1%. Já entre os anos de 1996 e 2000, a mesorregião teve um crescimento populacional de 2%, muito abaixo do

observado no estado, que foi de 9,9%.

Em relação à educação, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2010, informam que esses municípios respondem por aproximadamente 40% do atendimento da educação básica da região e cobrem cerca de 92% das matrículas na educação infantil e 43% no ensino fundamental regular.

Dados do Anexo I das Resoluções CD/FNDE/n.47/2007 e n.46/2008 evidenciam que, dentre os 1.822 municípios brasileiros considerados prioritários para recebimento de apoio técnico e ou financeiro do MEC, um conjunto de 20 deles pertence à mesorregião oeste de Santa Catarina. Esse conjunto representa aproximadamente 17% dos municípios da mesorregião e 51% dos prioritários do estado.

O estudo insere-se no campo das políticas públicas em educação e possui vinculações com um projeto de pesquisa mais amplo, vinculado ao Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP) e que trata dos indicadores de qualidade do Ensino Fundamental. Caracteriza a situação educacional de um conjunto de dezoito municípios da mesorregião oeste do estado de Santa Catarina e os desafios para atingir metas nacionais traduzidas nos indicadores de qualidade da educação básica. A escolha dos municípios do *corpus* seguiu critérios de recorte geográfico e considerou sua localização no conjunto de municípios da mesorregião oeste do estado. A tabela 1 sintetiza a relação dos municípios da representação.

Municípios até 10 mil habitantes	Municípios com mais de 10 mil habitantes	Municípios com mais de 30 mil habitantes
1. Calmon (P)	1. Dionísio Cerqueira	1. Concórdia
2. Caxambu do Sul (P)	2. Itapiranga	3. São Miguel do Oeste
3. Entre Rios (P);	3. Joaçaba	4. Videira
4. Formosa do Sul (P)	4. Lebon Régis (P)	
5. Ibiam	5. São Lourenço do Oeste (P)	
6. Galvão (P)	6. Palmitos	
7. Lindóia do Sul (P);		
8. Santa Terezinha do Progresso (P)		
9. Vargem Bonita (P)		

Obs.: Os municípios com (P) referem-se àqueles considerados prioritários.

Tabela 1: Municípios da representação

Fonte: IBGE (2009); Brasil (2008).

Como se pode verificar 50% deles possuem até 10 mil habitantes, 27,7% até 29 mil habitantes e 22,3% acima de 30 mil habitantes. Referente ao critério “Prioritário”, 55,5% deles (dez ao todo) são considerados prioritários para recebimento de auxílio técnico ou financeiro pelo FNDE. Desse total, 80% possuem menos de 5 mil habitantes e os 20% restantes contam com porte populacional compreendido entre 11 e 22 mil habitantes.

Este estudo procura identificar e analisar, a partir da situação educacional destes municípios, dos resultados da Prova Brasil, dos índices de aprovação e, conseqüentemente, do

IDEB, quais desafios se apresentam à melhoria efetiva da qualidade educacional.

2 DADOS EDUCACIONAIS DA MESORREGIÃO OESTE

Informações coletadas junto às bases de dados do Educacenso e do Censo Escolar, evidenciam que, no tocante à situação da Educação Infantil, são, ao todo, 173 escolas no conjunto dos 18 municípios do *corpus*. Apenas em um dos municípios (Formosa do Sul) a rede estadual continua a oferecer a Educação Infantil. Nos demais, a responsabilidade de oferta dessa etapa de escolarização recai sobre a rede municipal e a rede privada (BRASIL, 2010c).

Em relação ao Ensino Fundamental, o número de escolas por rede é bem maior. São 223 escolas contabilizando a soma das três redes de ensino (estadual, municipal e privada), sendo maior o número de escolas da rede pública municipal. No Ensino Médio, a situação se inverte. A oferta de escolas recai sobre a rede estadual e a rede privada, consoante prevê a LDB 9394/92, que recomenda a oferta de Educação Infantil, preferencialmente, à rede pública municipal, o Ensino Fundamental para ambas as redes e o Ensino Médio à rede estadual. No conjunto de municípios, existe apenas uma escola federal o que demonstra a pouca inserção desse ente federado na mesorregião.

Em 2009, estavam atuando nos municípios do *corpus* 548 professores de Educação Infantil, 2.187 de Ensino Fundamental e 975 de Ensino Médio. A distribuição dos alunos matriculados nas escolas da rede pública segue a mesma lógica da distribuição das escolas por etapa de escolarização (BRASIL, 2010c).

Em 2009, havia 66.631 alunos matriculados na educação básica, sendo: 5.491 alunos na creche (8,25%); 7.191 na pré-escola (10,79%); 19.334 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (29,01%); 22.026 nos Anos Finais (33,06%) e 12.589 no Ensino Médio (18,89%). Comparando o total de professores de cada etapa escolar com o número de alunos matriculados, verificamos que, na Educação Infantil, há um total de 23,1 alunos por professor; no Ensino Fundamental são 18,9 alunos por professor e; no Ensino Médio, 12,9 alunos por professor.

A distribuição aluno/professor por etapa de escolarização revela um quadro relativamente favorável na mesorregião oeste considerando que o desejável seria 13 alunos por sala na creche, 22 na pré-escola, 24 nos Anos Iniciais, 30 nos Anos Finais e 30 no Ensino Médio (BRASIL, 2010a). Entretanto, quando comparamos os dados entre si verificamos uma

situação diametralmente oposta. Na Educação Infantil, onde se prevê a menor média de alunos por professor, ocorre justamente o contrário, e no Ensino Médio, vice-versa.

Dados do Censo Escolar de 2010 evidenciam que o Brasil tem, atualmente, 194.939 estabelecimentos de ensino que atendem 51,5 milhões de estudantes na Educação básica pública e privada – creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, educação profissional, especial e de jovens e adultos. Dos 51,5 milhões, 43,9 milhões estudam nas redes públicas (85,4%) e 7,5 milhões em escolas particulares (14,6%) (BRASIL, 2010c).

Depois do ensino profissional, a creche é a etapa com maior crescimento no número de matrículas da educação básica brasileira. As matrículas de crianças com até três anos de idade apresentam crescimento de 9%, o que corresponde a 168.290 novas matrículas. Em 2010, as matrículas somaram 2.064.653, enquanto em 2009, o censo registrou 1.896.363. Comparando com o início dos anos 2000, o crescimento ultrapassa 79% (BRASIL, 2010c).

No Ensino Fundamental – da primeira à nona série regular e a educação de jovens e adultos - estão matriculados 31 milhões de alunos, sendo 16,7 milhões nos anos iniciais e 14,2 milhões nos anos finais. De acordo com o Inep, a queda de cerca de um milhão de matrículas da educação básica pública em 2010, comparada a 2009, tem duas explicações: a melhora do fluxo escolar com redução de crianças repetindo a série combinada com o aumento do rigor técnico do Inep na coleta de informações do censo. Com a reorganização da pré-escola a partir de 2006, que passou a atender crianças de quatro e cinco anos, o censo escolar registrou, em 2010, 4.692.045 matrículas em classes de pré-escola. A queda de 3,6% em relação a 2009 é atribuída à implantação do Ensino Fundamental de nove anos. Em 2009, a pré-escola teve 4.866.268 alunos (BRASIL, 2010c).

Acompanhando o quadro de matrículas nacional, verificamos que, apesar do número elevado de alunos por professor, no conjunto de municípios do *corpus* a concentração de matrículas na Educação Infantil está bem abaixo do Ensino Fundamental. Se observarmos os dados por município, verificamos um quadro ainda mais díspar, evidenciando preocupação maior dos municípios com o Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória.

Há que se observar, no entanto, que a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, prevê a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Donde se conclui que os municípios da mesorregião têm diante de si um grande desafio: ampliar o número de matrículas na rede pública a partir dos quatro anos. Pelo número de escolas de Educação Infantil existentes na mesorregião, e considerando a responsabilidade dos municípios sobre essa etapa, infere-se que os gestores

municipais deverão ter, como uma de suas metas prioritárias para os próximos anos, a ampliação do número de creches e de pré-escolas.

Pelos dados apresentados, é possível verificar que 55,5% dos municípios da mesorregião aumentaram significativamente o número de alunos matriculados na Educação Infantil, considerando a correlação entre os anos de 2009 e 2010, enquanto no Ensino Fundamental 94,4% deles tiveram retração no número total de alunos matriculados em 2010. Já, no Ensino Médio, 38,9% dos municípios apresentaram acréscimo nas matrículas evidenciando um quadro estável em relação ao Ensino Fundamental. O Gráfico 1 representa a inclinação dos municípios da mesorregião, no últimos dois anos, em termos de matrículas na Educação Básica.

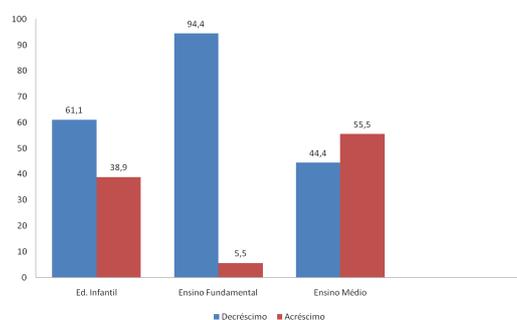


Gráfico 1: Situação das matrículas na mesorregião oeste catarinense
Fonte: Brasil (2009, 2010c)

Apesar do quadro desfavorável, se confrontado o total de matrículas da Educação Infantil com o do Ensino Fundamental, ainda assim, no último ano (2010) os municípios da mesorregião apresentaram um quadro de aumento no número de matrículas na Educação Infantil e estagnação no Ensino Fundamental e Médio. Trata-se de um fenômeno curioso considerando que no estado de Santa Catarina vem ocorrendo, de forma bastante acentuada, a desconcentração da oferta, pela rede estadual, da educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Como conseqüência, assiste-se a uma progressiva ampliação das matrículas dessas duas etapas pela rede pública municipal.

Verificando a totalidade de matrículas dos municípios na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, percebe-se que essas duas etapas estão praticamente sob responsabilidade da rede municipal. Mais uma vez, o dado é preocupante em relação às condições de ampliação do acesso à Educação Infantil e aos Anos Iniciais pela rede municipal. Por outro lado, é importante destacar que, o aumento de matrículas na Educação Infantil não representará, necessariamente, impacto sobre o total de alunos do Ensino

Fundamental. O que se vislumbra é uma situação de (re) equilíbrio entre o número de matrículas na Educação Infantil e a retração hoje presente no número de alunos do Ensino Fundamental.

É certo que a Educação Infantil (principalmente a creche) representa, desde a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2007, possibilidade de implementação de recursos para o município. Pelo Fundeb, a União promove a redistribuição dos recursos vinculados à educação de acordo com o número de alunos do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. Desse modo, a cobrança das comunidades pelo aumento de vagas em creches e pré-escolas e a possibilidade de incremento na receita dos municípios tornam-se fortes aliados na ampliação do número de vagas na Educação Infantil.

Se o acesso ainda não foi resolvido, a permanência desses alunos na escola é também preocupante. Dois aspectos podem ser observados a partir dos dados levantados. O primeiro deles refere-se à continuidade no Ensino Médio. O percentual de alunos que prosseguem nos estudos após o Ensino Fundamental ainda está abaixo do desejado na mesorregião. Apenas 53% dos Alunos dos Anos finais do Ensino Fundamental prosseguem seus estudos no Ensino Médio.

Já, em relação à taxa de aprovação no Ensino Fundamental, dados da Tabela 5 evidenciam que esses municípios, no seu conjunto, superam a média nacional.

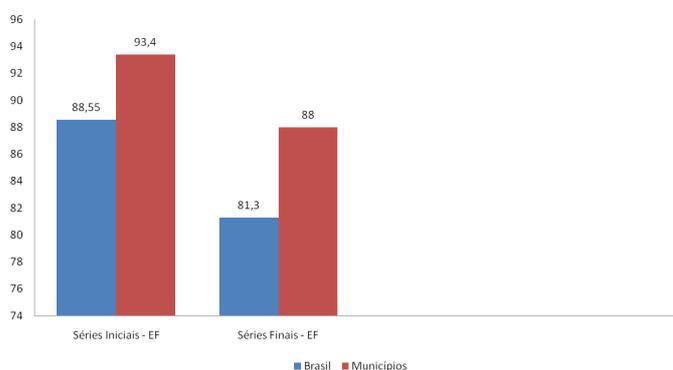


Gráfico 2: Taxa de aprovação nos municípios da mesorregião oeste de SC

Fonte: Brasil (2009, 2010c)

Em 2009, no Brasil, a média de aprovação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi de 88,55% e de 81,3% nos Anos Finais. Na mesorregião oeste, considerando apenas dados

da rede pública, no mesmo ano a taxa de aprovação ficou em 93,4% enquanto nos Anos Iniciais ficou em 88%.

Comparando o ano de 2007 ao de 2009, verificamos que a taxa de aprovação nos Anos Iniciais apresentou elevação em 72,2% dos municípios do *corpus* considerando a média de aprovação da rede pública. Já, nos Anos Finais, a elevação da taxa de aprovação foi menor. Mesmo assim, 50% dos municípios elevaram o percentual de alunos aprovados em relação ao ano de 2007.

O dado apresentado pode estar relacionado ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado pelo Ministério da Educação em 2007. Esse instrumento relaciona informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências) em exames como a Prova Brasil e o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Trata-se do indicador de maior impacto, atualmente, nas redes de ensino brasileiras por traduzir, simbolicamente, o quanto as unidades escolares, o município e o estado avançaram em suas metas educacionais de qualidade.

Tendo em vista nosso objetivo de correlacionar dados educacionais dos municípios da representação com as metas de qualidade, passemos à apresentação dos indicadores de qualidade, nomeadamente os resultados alcançados por estes municípios no IDEB e na Prova Brasil nos anos de 2007 e 2009. Foram tomados como referência estes dois anos considerando que a avaliação dos instrumentos é bianual.

3. INDICADORES DE QUALIDADE DE MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO

Conforme pode ser visualizado na Tabela 2, os municípios do *corpus* vem demonstrando crescimento nos seus indicadores de desenvolvimento educacional. Até mesmo os considerados prioritários sobrepujaram as metas projetadas para as avaliações nos biênios 2007 e 2009. Certamente, vários deles também irão sobrepujar a média 6,0 prevista para ser alcançada pelas escolas, redes e municípios em 2021, o que representa importante avanço em termos da almejada qualidade educacional.

MUNICÍPIOS	IDEB		PROJEÇÕES DO BIÊNIO	
	2007	2009	2007	2009
Calmon (P)	3,7	4,5	3,5	3,8
Caxambu do Sul (P)	4,2	5,0	3,7	4,0
Concórdia	5,4	5,5	4,9	5,2
Dionísio Cerqueira	4,4	5,1	4,0	4,3
Entre Rios (P)	4,5	-	3,5	3,9
Formosa do Sul (P)	4,2	4,5	3,7	4,0
Galvão (P)	4,1	4,9	3,4	3,8
Ibiam	5,1	5,3	-	5,2
Itapiranga	5,5	5,7	5,3	5,6
Joaçaba	5,1	5,0	4,8	5,1
Lebon Régis (P)	3,8	4,5	3,1	3,4
Lindóia do Sul (P)	5,1	6,2	3,7	4,0
Palmitos	4,5	5,3	4,5	4,8
Santa Terezinha do Progresso (P)	4,0	4,9	3,7	4,1
São Lourenço do Oeste (P)	4,8	5,2	4,0	4,3
São Miguel do Oeste	5,0	5,1	4,7	5,0
Vargem Bonita (P)	4,2	5,8	3,7	4,0
Videira	4,6	5,0	4,4	4,7

A letra (P) designa os municípios tidos como prioritários para o repasse de recursos do MEC.

Tabela 2: Desempenho dos municípios da mesorregião oeste de SC - IDEB 2007 e 2009

Fonte: Brasil (2010b).

Não obstante o quadro favorável em relação às metas educacionais, é preciso acentuar que a melhoria do IDEB não representa, necessariamente, melhoria na qualidade da básica uma vez que os municípios brasileiros vem implementando diferentes estratégias com foco no seu IDEB sem, necessariamente, melhorar as condições de ensino-aprendizagem.

Muitos deles buscam melhorar os resultados tendo em vista disputar colocação no ranqueamento das redes e dos municípios desconsiderando o processo educativo. Em alguns municípios o aumento nas taxas de aprovação poderia estar relacionado à melhoria da nota do IDEB e não, necessariamente, à implementação de políticas e ações que proporcionem ampliação nas condições de ensino e aprendizagem. Indicativo dessa constatação é o que vem acontecendo com a Prova Brasil, outro indicador, ao lado das taxas de aprovação, a compor o IDEB dos municípios.

A Prova Brasil é calculada em uma escala numérica de 0 a 500 pontos, sendo que a média alcançada pelas escolas corresponde ao número de competências e habilidades que os alunos, até a faixa etária exigida para a resolução da prova, desenvolveram. Acredita-se que, com o avanço paulatino das séries, as competências e as habilidades irão se aperfeiçoando e se agrupando a outras exigidas pelo currículo proposto pelos órgãos legisladores.

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 8/2010, para que uma instituição educativa alcance um patamar mínimo de qualidade, ela deve atingir na Prova Brasil a pontuação desejável para cada nível de escolaridade que, para a disciplina de Língua Portuguesa, é superior a 200 (duzentos) pontos na 4ª série/5º ano do ensino fundamental e a 275 (duzentos e setenta e cinco) pontos na 8ª série/9º ano. No caso de Matemática, a pontuação desejável é superior a 225 (duzentos e vinte e cinco) pontos para os alunos de 4ª série/5º ano e 300 (trezentos) pontos para os de 8ª série/9º ano (BRASIL, 2010a). Na Tabela 2 está demonstrada a pontuação obtida pelos estudantes de 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano na Prova Brasil de 2007

e de 2009, nos municípios investigados.

MUNICÍPIOS	Matemática – 4ª série		L. Portuguesa – 4ª série		Matemática – 8ª série		L. Portuguesa – 8ª série	
	Desejável >225 pontos		Desejável >200 pontos		Desejável >300 pontos		Desejável >275 pontos	
	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009
Calmon (P)	175,79	197,56	160,17	167,88	231,80	238,46	231,80	235,95
Caxambu do Sul (P)	182,69	213,47	168,28	194,81	234,26	246,52	206,35	240,40
Concórdia	215,04	220,14	193,94	196,01	259,47	265,29	238,93	257,12
Dionísio Cerqueira	195,76	203,05	173,48	185,86	253,42	257,72	241,96	261,66
Entre Rios (P)	193,70	-	178,29	-	244,51	247,01	239,08	242,55
Formosa do Sul (P)	185,10	190,37	168,13	174,16	262,35	243,80	242,38	229,34
Galvão (P)	190,20	205,91	158,18	177,10	241,86	248,77	230,94	246,39
Ibiam	207,46	215,96	175,08	186,75	268,08	256,69	246,80	259,33
Itapiranga	218,38	227,95	197,46	203,87	284,44	280,37	257,74	265,13
Joaçaba	200,03	200,04	187,46	183,60	254,47	262,47	245,14	258,76
Lebon Régis (P)	177,52	194,77	160,81	175,88	235,32	228,94	230,09	223,23
Lindóia do Sul (P)	214,57	238,76	182,79	212,93	244,36	250,25	228,27	241,29
Palmitos	200,50	209,92	178,22	189,59	261,83	264,77	231,53	252,97
Sta. Terezinha do Progresso (P)	177,41	196,49	161,28	176,07	241,36	229,91	227,80	244,86
São Lourenço do Oeste (P)	206,47	208,19	188,31	190,01	263,54	246,67	247,07	244,81
São Miguel do Oeste	204,09	207,29	181,36	185,63	257,12	256,71	239,06	249,10
Vargem Bonita (P)	174,83	227,29	158,50	193,62	247,76	240,99	236,65	240,28
Videira	197,85	207,94	180,50	189,39	263,26	264,62	248,68	260,68

A sigla (P) designa os municípios tidos como prioritários para o repasse de recursos do MEC.

Tabela 3: Desempenho dos municípios na Prova Brasil (2007 e 2009)

Fonte: BRASIL (2010b).

Conforme demonstrado, na Prova Brasil de 2007 nenhum dos municípios da representação logrou pontuação considerada desejável para a disciplina de Matemática, quer se considere os resultados obtidos pelos estudantes de 4ª ou de 8ª série do ensino fundamental.

Nas provas de 2009, em apenas três dos 18 municípios avaliados (Itapiranga, Lindóia do Sul e Vargem Bonita) estudantes de 4ª série superaram a pontuação desejável em Matemática (mais de 225 pontos). Dois desses municípios (Lindóia do Sul e Vargem Bonita) são prioritários para recebimento de apoio técnico e/ou financeiro pelo MEC. No caso de Língua Portuguesa, esse percentual foi inferior. Apenas dois municípios (Itapiranga e Lindóia do Sul) apresentaram resultados considerados desejáveis (mais de 200 pontos) para os estudantes de 4ª série.

Situação ainda mais adversa ocorreu em relação aos estudantes de 8ª série desses municípios. Nenhum deles atingiu a pontuação considerada desejável para a série nas duas disciplinas avaliadas. Isso sopesando tanto a prova de 2007 como a de 2009.

Se confrontarmos os resultados obtidos por esses municípios na Prova Brasil de 2007 e de 2009, observarmos que houve um quadro mais favorável neste último IDEB considerando que, em 2007, nenhum dos 18 municípios havia alcançado a pontuação desejável para a série. Ponderando que o IDEB foi criado em 2007, podemos admitir que os gestores ainda estejam em fase de compreensão e amadurecimento acerca do indicador.

A despeito do quadro favorável que esses municípios vêm apresentando em termos de avanços no IDEB, os dados que respondem pelo desempenho escolar dos estudantes,

correlativo aos obtidos nos conhecimentos de leitura e resolução de problemas (Língua Portuguesa e Matemática), revelam um quadro preocupante. Menos de 16% dos municípios apresentou desempenho favorável em Língua Portuguesa e Matemática, isso considerando apenas os estudantes de 4ª série em vista de que os de 8ª série permaneceram abaixo da pontuação considerada desejável.

Comparativamente aos dois biênios, no ano de 2009 os estudantes de 8ª série de 40% (7) dos municípios investigados apresentaram queda na pontuação referente à disciplina de Matemática contra 12% de queda na disciplina de Língua Portuguesa. Do total de municípios, 56% deles apresentaram queda na pontuação de uma ou outra disciplina ao longo dos dois últimos anos. Significa dizer que, embora o seu IDEB venha apresentando progressão, isso não se concretiza nas avaliações que aferem o desempenho educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provisoriamente, e a partir de dados preliminares, estima-se que o conjunto de municípios do *corpus* da pesquisa tem importantes desafios em se tratando da conquista da tão propalada qualidade educacional, haja vista que a extensiva maioria deles vem demonstrando melhorias no seu IDEB, no entanto sem necessária correlação com resultados de desempenho escolar.

Os resultados dos dados que retratam a situação educacional revelam que a qualidade educacional ainda é um desafio não devidamente enfrentado pelo conjunto de municípios avaliados. Elementos qualitativos precisam somar-se aos quantitativos de modo a assegurar a implementação de políticas educacionais, por parte do Estado, que assegure avanços reais e concretos nas condições de melhoria educacional.

A eminência de adoção de um enfoque conservador na qualidade almejada traz consequências a municípios e escolas, onde os efeitos da política não são sentidos de imediato. Definir o que é qualidade e quais indicadores serão utilizados para aferi-la talvez seja o primeiro e mais premente desafio a ser enfrentado pelos municípios da mesorregião oeste catarinense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução /CD/FNDE/N.46 de 31 de outubro de 2008**. Altera a Resolução CD/FNDE N. 29 de 20 de junho de 2007, que estabelece os critérios, os parâmetros

e os procedimentos para operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação. Brasília, out. 2008.

_____. Parecer CNE/CEB n. 8/2010, de 5 de maio de 2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei n. 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Disponível em: <portalmeec.gov.br> Acesso em: 20 out./2010. Aguardando homologação. 2010a.

_____. INEP. IDEB. Planilhas para download. Disponível em: <http://inep.gov.br> > Acesso em 12 jun. 2010b.

_____. Censo Escolar 2010. Disponível em: <<http://inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 12 jun. 2010c.

IBGE. **Banco de Dados: Santa Catarina 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 25 out./2010.